

ESCRITA DE SI E ENUNCIACÃO

Felipe de Andrade Constancio (UERJ)

felipe.lettras.ac@gmail.com

Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal (UERJ)

RESUMO:

Os pressupostos teóricos de Benveniste (2005) sobre o fator da subjetividade na linguagem tornam-se bastante relevantes para este trabalho, na medida em que a linguagem passa a ser concebida não como mero instrumento de comunicação e na medida em que a linguagem é uma potente forma de intervenção do homem no mundo. Neste sentido, a oportunidade que os sujeitos da enunciação têm de se configurar como pessoa do discurso materializados em um “eu” enunciativo torna-se um fator investigativo neste trabalho, já que o fator da subjetividade passa a ser uma teorização a mais sobre as potencialidades de que dispõe o homem no uso da linguagem. Valendo-nos também da temática pós-colonial a respeito da escrita de viés feminino, buscamos aliar a noção de subjetividade na linguagem à noção de escrita subalterna, o que nos permitiu chegar à escrita particular de Carolina Maria de Jesus (1983), em seu conhecido diário *Quarto de despejo*. Como *corpus*, a linguagem deste diário, em particular, permitiu-nos localizar, por meio do conceito de *ethos* discursivo, duas vezes convergentes na linguagem de Carolina: a mulher da criação (ou que escreve) e a mulher da procriação (ou que provê o alimento para seus filhos).

Palavras-chave:

Autoria.Subalternidade. Subjetividade.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito.
(BENVENISTE, 2005, p. 286)

1. Considerações iniciais

A tentativa de definir e de mostrar qual a funcionalidade da linguagem humana não é tarefa fácil entre linguistas e especialistas desta área do conhecimento. Não é uma tarefa fácil pelo fato de esses especialistas depararem-se com este conhecimento compartilhado e difundido entre as pessoas que não estudam a linguagem humana (e por que não?) e os círculos acadêmicos. Mas o que, de fato, é a linguagem humana? Ela teria alguma funcionalidade primordial?

A busca pelas respostas que satisfariam essas indagações deve ser trilhada com o auxílio de pressupostos teóricos consistentes. Neste particular, as investigações de Benveniste (2005) sobre um conceito que se pode atribuir à linguagem e, sobretudo, sobre o fator de subjetividade na linguagem são pistas teórico-metodológicas para quem deseja alcançar

não somente as respostas para as questões feitas acima, mas um caminho seguro a respeito das potencialidades da linguagem.

Este trabalho projeta e revisita três vieses teóricos: i) no primeiro tópico a ser explorado, encontram-se os pressupostos teóricos de Benveniste (2005) a respeito da funcionalidade e da subjetividade na linguagem; ii) no segundo tópico, revisita-se o conceito de *ethos* discursivo, tal como foi pensado por Maingueneau (2014); no terceiro tópico, aborda-se a temática dos estudos pós-coloniais sobre escrita subalterna, sob o olhar de Spivak (2010). Por fim, há uma análise de um segmento do diário *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1983), acerca do duplo eu enunciativo que se configura na escrita negra de Carolina, na medida em que convivem na escrita do diário duas mulheres: a que, em meio às tarefas domésticas, escreve e a que, em meio à prática da escrita, é responsável pela procriação.

Vale ressaltar que a escolha teórica de Benveniste (2005) deve-se ao fato de ser um primeiro caminho teórico que busca afastar da linguagem a simplória tarefa de ser mero meio de comunicação. Em Benveniste, está corporificado e solidificado o estudo da subjetividade na linguagem. Em linhas gerais, o autor mostra-nos que é inerente à linguagem o fator da subjetividade, de modo que a própria linguagem passa a ser significação por ser mobilizada a todo o momento pelos sujeitos da enunciação, materializados por um “eu” responsável por essa mobilização.

De igual modo, a escolha pela vertente teórica de Maingueneau (2014) a respeito de *ethos* discursivo torna-se oportuna neste trabalho pelo fato de o autor tratar das diferentes “máscaras” discursivas que os sujeitos da enunciação tomam para si, nas mais diferentes cenas discursivas em que os textos passam a configurar e instaurar a “encenação”. O conceito de encenação é de fundamental relevância neste trabalho, já que mobiliza também diferentes percepções sobre um enunciador em um mesmo texto.

Já a escolha teórica a respeito das escritas da subalternidade em Spivak (2010) deve-se ao nosso interesse pela escrita feminina em perspectiva pós-colonial, na medida em que essa escrita põe na cena enunciativa “eus” discursivos em transição: seja pelo aparecimento da escrita feminina de viés negro, seja pela escrita feminina que engendra a discussão a respeito da legitimidade da escrita operada pela mulher no século XX.

Todas estas vertentes teóricas tornam-se um recurso fundamentado para a exploração do diário *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, como *corpus*. Neste diário, foram encontrados segmentos nos quais

convergem duas personalidades em constante transição em Carolina Maria de Jesus, a saber: a escritora e a provedora do lar. Ambas são postas em embate, e o resultado da análise do diário resultou em uma abordagem qualificativa do corpus, que ainda está em fase de análise para a geração de futuros trabalhos.

2. *Revisitando o conceito de subjetividade na linguagem*

A teoria da enunciação sugerida por Émile Benveniste é constantemente revisitada por especialistas que se debruçam sobre as potencialidades da linguagem como um traço essencialmente humano. Teixeira (2012) revisita a teoria de Benveniste sobre a subjetividade da linguagem e traz uma leitura oportuna sobre o estudo dos pronomes na obra do linguista francês.

Para Teixeira (2012), a teoria de Benveniste sobre os pronomes torna-se significativa uma vez que

Falar consiste em trocar a capacidade de utilizar eu; em preencher essas conchas vazias. É essa possibilidade que buscamos em todas as nossas conversas. Até porque, nessa troca, asseguramo-nos de nossa própria presença. O processo de comunicação intersubjetiva é uma consequência desse trabalho que os interlocutores cumprem mutuamente sem nem mesmo perceberem. (TEIXEIRA, 2012, p. 78)

Neste sentido, o estudo da categoria dos pronomes em Benveniste deixa de ser, como sugere a autora, uma problemática da organização formal da categoria e passa a ser concebido a partir do viés enunciativo, o que de fato localiza a categoria dos pronomes na ordem da atualização subjetiva dos enunciadores, que em momentos de comunicação permutam as noções eu-tu e, em linhas gerais, instauram posições assumidas no discurso.

No ensaio “Da subjetividade na linguagem”⁷⁷, Benveniste (2005, p. 285) trilha um raciocínio teórico em que claramente pontua a falta de critérios metodológicos consistentes na noção de que a linguagem é um mero instrumento de comunicação. Para desconstruir essa noção, Benveniste faz a seguinte comparação: “Falar em instrumento, é pôr em oposição o

⁷⁷Discorrendo sobre a temática da instrumentalidade da linguagem, Teixeira e Flores (2015: 33) apontam que a teoria de Benveniste nega qualquer tentativa de fazer da linguagem uma “ferramenta” ou um instrumento de comunicação. Neste trabalho de Linguística da Enunciação, a linguagem passa a ser a própria essência da natureza humana.

homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. Com esta delimitação do seja a linguagem para a expressão da própria existência humana, Benveniste funda o conceito de subjetividade na linguagem.

Segundo a delimitação de Benveniste (2005):

A ‘subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (...). Ora, essa ‘subjetividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz ego. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico da ‘pessoa’. (BENVENISTE, 2005, p. 286)

A categoria de pessoa e, conseqüentemente, o quadro pronominal das línguas são, na ótica de Benveniste, fatores linguísticos e enunciativos para a instauração da subjetividade, na medida em que a posse da linguagem dota o ser humano da capacidade de tornar-se sujeito em cada momento que toma a palavra, não como mero instrumento, mas como possibilidade de significar o próprio dizer nas cenas enunciativas em que a possibilidade da fala é organizada por meio da tríade eu-tu / ele (entende-se eu como a pessoa que torna-se sujeito da enunciação; tu como a pessoa que ativa a oportunidade de o outro tornar-se sujeito e como a pessoa que atualiza-se em um eu, a partir do momento que também passa a ser sujeito; ele como a pessoa ausente na cena enunciativa).

O conceito de subjetividade funda, portanto, não só o conceito de linguagem, mas também o conceito de língua, já que, nas palavras de Benveniste (2005, p. 287) “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível”. Torna-se imprescindível na teoria de Benveniste entender como o quadro dos pronomes opera uma concepção do que seja o sujeito e em que medida esse sujeito localiza-e no mundo da enunciação quando tem de fato a posse da palavra. Nas palavras de Teixeira (2012), se o outro não assume um papel de tu no processo enunciativo, não há a possibilidade de instaurar-se um sujeito da enunciação eu, e a língua torna-se apenas fonação.

Nesta medida, outra definição de linguagem configura-se a partir da teoria da enunciação de Benveniste (2005, p. 289): “A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão”. Em linhas gerais, a língua atualiza, parafraseando Benveniste, as nossas experiências concretas no

mundo da linguagem. Essa atualização passa a ser mais evidente na categoria de pessoa.

Uma interpretação-síntese sobre a teoria de Benveniste sobre os pronomes é sugerida por Teixeira (2012):

A categoria dos pronomes, em Benveniste, é estudada no âmbito de uma teoria da enunciação, o que confere à noção de enunciação, que não se confunde nem com a de enunciado nem com a simples constatação da presença da subjetividade na linguagem, um papel determinante nesse entendimento em direção a uma ciência geral do homem. É pelo ato de enunciação, sempre renovado, que o locutor se apropria da língua para enunciar sua posição de sujeito (...). (TEIXEIRA, 2012, p. 80)

Neste trabalho, a análise das posições assumidas por Carolina Maria de Jesus em “Quarto de despejo” (1983) pontua e situa a importância da categoria de pessoa não como mera marca linguística, mas observada pela motivação de que Carolina transita entre tarefas antagônicas para uma figura feminina: de um lado, há um eu que sugere a prática autoral; de outro, há um eu que encaminha questões de gênero, na medida em que à mulher “cabe” a tarefa da criação e da procriação.

3. *Revisitando o conceito de ethos discursivo*

Como a escrita feminina configura uma questão de subjetividade, sobretudo, quando materializada no diário, que é nosso objeto de análise neste trabalho, vale apontar um encaminhamento teórico a respeito de *ethos* discursivo. De acordo com o que se apresenta no *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014: 220-1), deve-se a Maingueneau a abordagem de *ethos* discursivo, para quem *ethos* “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”.

Neste sentido, entender como o *ethos* discursivo se materializa nos atos de linguagem cotidianos torna-se relevante na medida em que os atos de linguagem passam a ser motivados pelo conceito de encenação. Encenação é vista aqui como termo emprestado da teoria teatral, mas aplicada também à necessidade que os interlocutores, em suas práticas reais de comunicação, têm de construir uma *persona* ou máscara discursiva determinante para o entendimento dos papéis ou lugares sociais que ocupam na posse da palavra.

Vejam os que diz o *Dicionário de Análise do Discurso* sobre *ethos*:

O *ethos* retórico foi, entretanto, principalmente retomado e elaborado nos trabalhos de Maingueneau. O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. (...) o *ethos* assim definido se desenvolve, em Maingueneau, em relação à noção de cena de enunciação. Cada gênero de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014: 220-1)

O exemplo dado no *Dicionário* que ilustra bem a transição do *ethos*-discursivo é a de um sujeito que se divide na dupla tarefa de ser um executivo e de ser um pai. Para cada ato de linguagem executado por este sujeito em cada uma das tarefas há assunção de uma máscara discursiva que precisa necessariamente de uma cena de enunciação para configurar-se e legitimar-se como tal. Dessa forma, o sujeito que adota a *persona* de um chefe em seu ambiente de trabalho, delegando e organizando tarefas administrativas, por exemplo, não pode ser o mesmo que delega funções a um filho nas várias cenas enunciativas que se configuram no ambiente doméstico, embora, em muitas ocasiões, esses papéis possam estar fora do enquadramento da cena enunciativa.

Na escrita de um diário, e neste caso do diário “Quarto de despejo”(1983), de Carolina Maria de Jesus, o *ethos* projetado para um possível enunciativador dessa escrita que se sugere intimista seria a de uma mulher geralmente branca, de formação cristã e cujas tarefas domésticas seriam arcadas por um suposto provedor, um homem cujo papel social seria o de afastar a mulher do mercado de trabalho para que ela pudesse dedicar-se à escrita cotidiana, exigida e demandada por um diário.

Nesta medida, o conceito de subjetividade e o conceito de *ethos* discursivo tornam-se imprescindíveis para a análise do diário “Quarto de despejo” (1983), na medida em que a leitura deste diário especificamente demanda do leitor a observação de que há dois eus configurando-se constantemente na escrita de Carolina Maria de Jesus. O primeiro fator de subjetividade e de construção de *ethos* reside no fato de que Carolina adota para si a postura de mãe provedora (é ela que sai às ruas de São Paulo todas as manhãs para reciclar material necessário ao sustento de si e dos três filhos) e de escritora (é ela quem separa do material reciclado as folhas que compõem o suporte da sua escrita intimista).

De imediato, a escrita de Carolina Maria de Jesus em seu diário desconstrói a imagem discursiva dos supostos leitores de um diário que se vêem diante de um *ethos* “inadequado” para aquela escrita: não se espera de uma mulher que reside em uma favela (a favela do Canindé) uma escrita que é forjada e inventada para a classe média (escrever diário demanda

tempo). A análise de uma escrita desta natureza pode ser sintetizada na seguinte reflexão: “O *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem” (CHARAU-DEAU; MAINGUENEAU, 2014: 221). A escrita de Carolina, como se verá na análise abaixo, é inesperada para muitos de nós.

4. *Contribuição dos estudos subalternos para a linguagem*

Deve-se à crítica pós-colonial a investigação acerca do termo subalternidade. Uma das primeiras investigadoras sobre a teoria da subalternidade é Spivak (2010). No prefácio do livro *Pode o subalterno falar?*, Almeida (2010) apresenta-nos o viés teórico da escritora indiana Spivak sobre a subalternidade:

Construindo seu argumento sempre por meio de um viés problematizado pela desconstrução derridariana, a autora rejeita ainda o que ela considera uma errônea apropriação do termo subalterno, que não pode ser usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado. Para ela, o termo deve ser resgatado, retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao “proletariado”, ou seja, àquele cuja voz não pode ser ouvida. O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tomarem membros plenos no estrato social dominante”. (Almeida, 2010)

A escrita feminina, dessa forma, passa a caracterizar-se por uma escrita subalterna, já que a mulher é o vetor mais concreto de exclusão do mercado de trabalho e de toda ordem de injustiça, seja da racial seja da doméstica. Nesta medida, a escrita feminina de cunho subalterno motiva nos estudos pós-coloniais a demanda da escrita de si. Escrever sobre si mesmo é visto como fator de rompimento do silêncio nas sociedades em que as ditaduras e outras formas perversas de exploração determinaram relações de poder.

Segundo Klinger (2012, p. 23), “a escrita de si contribui especificamente para a formação de si”. Retomando os pressupostos teóricos de Foucault, Klinger faz um importante apanhado sobre as escritas de si no ocidente, até chegar aos primeiros manuscritos em que a presença marcante de um eu enunciativo começa a delinear o processo da subjetividade no empreendimento da escrita, a saber: os “hupomnêmata” e a “correspondência”.

Como os “hupomnêmata” não nos interessam neste trabalho, vale mencionar apenas que se configuravam como cadernetas individuais de anotação, sem se poder dizer que já imitavam os diários. Os “hupomnêmata” valiam mais como cadernos de consulta para as várias meditações que portavam, na medida em que os textos desses cadernos serviam ao interesse daqueles que buscavam o conhecimento pautado na prática da citação, ou seja, a todo um conhecimento da tradição clássica. Constituíam, portanto, relatos que prefiguravam e ensaiavam escritas de si com o intuito de “formar” o outro.

Ainda retomando Foucault e os estudos sobre a escrita de si, Klinger (2012) traz a seguinte reflexão sobre a história das escritas intimistas:

A escrita como exercício pessoal, associada ao exercício do pensamento sobre si mesmo, constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a *askêsis*: a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. De maneira que a escrita opera a transformação da verdade em *ethos*. (KLINGER, 2012, p. 23)

Embora nem sempre o texto do diário seja enviado ao outro (geralmente é um texto que “não pode” ser violado), ele apresenta-se, sobretudo no caso de Carolina Maria de Jesus, como um texto que reivindica a presença curiosa do outro. Carolina materializa, por meio da escrita de si ou escrita intimista, a noção de que transita entre os espaços domésticos e os espaços privilegiados para quem escreve, ou melhor, para quem pode escrever.

Explorar a escrita da mulher negra torna-se uma tarefa emblemática neste trabalho por duas razões: i) a escrita no feminino sempre esteve renegada da historiografia literária dos países que passaram por processos coloniais e ditatoriais massivos; ii) a escrita da mulher negra periférica é considerada rasura (vê-se pelo próprio material de trabalho de Carolina Maria de Jesus: é do lixo que sai o papel para a escrita).

Uma escrita subalterna permite-nos, ainda, falar do silêncio pelo qual passa a identidade feminina na tarefa do fazer-se escritora/escritura. Segundo Spivak (2010, p. 84), “com respeito à “imagem” da mulher, a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação”. Nesse sentido, a escrita da mulher negra encontrada em “Quarto de despejo” (1983) sugere que o fazer da textualidade intimista passa por duros processos de silenciamento, em que a figura do algoz (o homem periférico) surge como espectro na narrativa: ele é responsável pelas agressões, ele é

responsável pela maternidade forçada, ele não divide as tarefas do lar, o que é invariavelmente um empecilho à escrita.

5. *Entre a criação e a procriação: autoria em Carolina Maria de Jesus*

O diário “Quarto de despejo” (1983), de autoria de Carolina Maria de Jesus, foi organizado pelo jornalista Audálio Dantas, que, na década de 1960, conheceu o trabalho de Carolina e reuniu o diário. O que está relatado por Carolina neste diário é parte de todos os cadernos que passaram pela criteriosa seleção de Audálio e que constam, ainda, dos arquivos primários da Biblioteca Nacional. O diário de Carolina foi traduzido em diversos países e continua a ser reeditado no Brasil.

É importante dizer que a seleção de Audálio não apagou a originalidade dos manuscritos de Carolina, que, por não ser escolarizada, manifesta em sua escrita desvios (de ordem ortográfica e sintática) cujo uso é contrariado pelos manuais que preconizam a norma dita padrão. Na análise de alguns dos trechos do diário, este fator não será levado em consideração aqui e, portanto, o que nos interessa é o fator motivacional do texto em relação à questão da subjetividade da escrita intimista do diário.

Vale ressaltar, ainda, que as condições de produção do diário envolvem os seguintes fatores: Carolina, à época de escrita do diário, morava na favela do Canindé com os três filhos sem a presença do pai; Carolina não tinha um trabalho formal, mas catava material para reciclagem no centro da cidade próxima à favela do Canindé. Daqui vem a comparação importante ressaltada por Carolina: para ela, a favela é o lugar pouco desprivilegiado (o quarto onde se joga o que não serve mais na cidade, por isso, “Quarto de despejo”); embora a favela não seja um espaço economicamente ativo, Carolina mostra incessantemente que há formas de reaproveitamento do que se produz na “sala de visitas” (espaço urbano) – basta ressaltar que a sua escrita é operada na folha suja da cidade.

Os três trechos selecionados para análise, neste trabalho, interessam-nos pelo fato de que põem num mesmo plano duas possibilidades de interpretação de Carolina, uma é da mulher que escreve, outra, da mulher responsável por prover o sustento dos três filhos. Em ambas as representações de Carolina, o que sobressai é a concomitância do eu enunciativo que sugere a transição de um *ethos* a outro. Nesta transição, outro fator passa a ser nosso objeto de análise: Carolina superpõe na/pela linguagem a sua dupla personalidade, e o resultado que o leitor atento passa a observar

é uma dupla personalidade que se dilui nas tarefas domésticas e nos momentos em que a escrita passa a ser uma tarefa doméstica, refletida na maternidade e na possibilidade de significar a si mesma. Escrever-cuidar passa, portanto, a ser uma chave de leitura significativa no relato pessoal de Carolina.

Vejamos o primeiro trecho do diário:

Despedi-me e retornei-me. Cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco. Dei o almoço as crianças, e fui no Klabin catar papel. Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás (*sic*) de invadir o meu barracão e maltratar meus filhos. Trabalhei apreensiva e agitada. A minha cabeça começou doer. Elas costuma esperar eu sair para vir no meu barracão expandir (*sic*) os meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão sosinhas (*sic*) e não podem defender-se. (JESUS, 1983, p. 15)

A experiência doméstica e a experiência da escrita coexistem no relato pessoal de Carolina. Os atos de linguagem e, conseqüentemente, as figurações do eu enunciativo só existem porque este relato faz superpor as duas experiências numa mesma tessitura. A ordenação das tarefas do lar e de escritura sugere que concomitantemente o eu enunciativo de Carolina tenha dois lugares de fala marcados: o da criação e o da (pro)criação.

É interessante notar que, para o lugar de fala da criação (escrita intimista), Carolina marca apenas uma vez, neste trecho, o ato de escrever: “eu escrevi um pouco”. Neste sentido, a escrita cede espaço na maior parte do segmento às tarefas do lar: “dei almoço as crianças”; “fui no Klabin catar papel”; “trabalhei apreensiva e agitada”. É como se as outras tarefas domésticas “sufocassem” e tentassem extinguir os momentos em que Carolina senta-se para de fato escrever sobre si.

A escritura de si, na verdade, precisa ser entendida, neste segmento do diário, como uma negociação entre os lugares de fala marcados, na medida em que a escritura só acontece porque há a obrigação do fazer doméstico: “enquanto as panelas ferviam eu escrevi um pouco”. Uma reordenação das tarefas (“enquanto escrevia as panelas fervia”) não seria possível na escrita de Carolina, já que a criação do diário parece emergir justamente pelo fato de as tarefas domésticas surgirem como motivação da escrita.

Neste segmento, há ainda um ato de linguagem (“Trabalhei apreensiva e agitada”) emblemático na escrita de Carolina. Trabalhar, aqui, é recuperado na superfície do texto (“fui no Klabin catar papel”) e remetemos unicamente à noção de que, para Carolina, escrever não seria um

trabalho. Portanto, em um mesmo texto/tessitura, a escritura e a vida doméstica são colocadas em planos díspares pela voz de um mesmo enunciatador.

Vejam os este outro segmento do diário:

Deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água (*sic*). Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira. Enchi minha lata e zarpei. (...) Fui no Arnaldo buscar o leite e o pão. Quando retornava encontrei o senhor Ismael com uma faca de 30 centímetros mais ou menos. Disse-me que estava a espera do Binidito e do Miguel para matá-los, que eles lhe expandiram (*sic*) quando ele estava embriagado. (JESUS, 1983, p. 17-8)

O que passa a ser comum no diário de Carolina é o fato de que o início da escrita é apontado no texto, mas o seu término não, o que significaria dizer que a interrupção dessa escrita acontece porque Carolina precisa abandoná-la para começar alguma tarefa doméstica. A própria extensão dos enunciados do diário sugere ao leitor que o movimento do texto, progressivo e paulatino, é o movimento de quem precisa deslocar-se constantemente para garantir o sustento dos filhos.

Mais uma vez os atos de linguagem “deixar o leito”, “buscar água”, “encher a lata” tornam-se antagônicos, na medida em que encaminham a leitura de dois *ethos* discursivos em Carolina: um que faz do ato de escrever um ofício diário (basta observar o momento em que a escrita é operada: “as 4 horas” da manhã); outro que precisa ceder ao acúmulo de obrigações domésticas que cessa a escrita como ato de fruição e encontro consigo mesma. A tarefa de escritura de si mesma é interrompida, mas constantemente é retomada em meio ao cotidiano de (pro)criação.

Neste segmento, a presença do outro (o “ele” ausente do momento da enunciação, segundo Benveniste) é hostil, já que este outro torna-se o empecilho para Carolina na favela do Canindé. É o outro que maltrata os filhos de Carolina, que a impede de transitar nos espaços de convivência da favela, que se apresenta a ela como um opressor (basta observar o comportamento do vizinho violento no enunciado). Neste sentido, além das tarefas domésticas, é também o ambiente em que o relato intimista desenrola-se um empecilho à manifestação enunciativa do eu criativo e criador da textualidade em Carolina.

Entre o cotidiano do *ethos* da mãe provedora e o da mulher que se vale da caneta e do papel reciclado para se significar como um sujeito deslocado (a favela “não pode” ser *topos* da enunciação intimista da mulher),

há apenas um deslimite na fronteira que separa Carolina-mãe e Carolina-escritora. Ambas coexistem na tessitura do diário, porque ambas são extensivas no processo de significação da mulher que se vale da escrita para não se assujeitar ao patriarcado falocêntrico.

As figurações do eu subjetivo em Carolina apontam muitos embates que estão na ordem do silenciamento pelo qual passa a mulher no pós-colonialismo e, obviamente, antes dele. A escrita do diário é, antes de tudo, resistência em Carolina Maria de Jesus. Escrever e subjetivar-se passam a ser os motivos para se significar e existir no mundo da linguagem, já que um eu só passa a existir neste mundo quando se reconhece como eu, num “ato de discurso individual” que funda a linguagem no “exercício da língua” e sempre inaugura um novo eu (BENVENISTE, 2005, p. 288).

6. Considerações finais

O estudo da subjetividade da linguagem na escrita intimista do diário de Carolina Maria de Jesus possibilita-nos a revisitação da teoria da enunciação, em que a linguagem deixa de ser mero instrumento de comunicação e passa a ser um ato de discurso, na medida em que enunciar é a base motivacional para o processo de significação do mundo. Para este trabalho, algumas lições ficam:

a) o aporte teórico benvenistiano deixa-nos algumas reflexões: a teoria dos pronomes e das categorias de pessoa são relevantes para o entendimento de que todo ato de linguagem funda-se porque existe um eu, que, a cada atualização de enunciado, funda a posse da palavra e, conseqüentemente, funda a posse da significação de si na linguagem;

b) o estudo do *ethos* discursivo encaminha uma série de discussões a respeito do processo de encenação do discurso. Neste sentido, cada cena enunciativa demanda a assunção de uma *persona* de modo a criar, no processo de significação da linguagem, a base dos papéis enunciativos no processo complexo da interlocução;

c) as investigações pós-coloniais dos estudos subalternos permitem-nos abordar a questão da escrita feminina e os processos de silenciamento do discurso da mulher no ocidente. A escrita do diário, portanto, põe na ordem do dia questões desse silenciamento, na medida em que a escrita do eu é uma forma de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. de Fabiana Komesu. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. 2.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. In: *Desenredo*, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012.